



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS
SEMANA NACIONAL DE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - 2019

**CARACTERIZAÇÃO A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES:
ESTUDO A PARTIR DOS CASOS NOTIFICADOS NO CONSELHO TUTELAR DE FEIRA DE
SANTANA - BA, NO PERÍODO DE 2014 A 2016**

**Larissa Santana de Jesus¹; Maria Conceição Oliveira Costa; Jamilly Oliveira Musse³ e Jeidson Antônio
Morais Marques**

1. Bolsista PROBIC/UEFS, Graduando em psicologia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: larissa.santana017@gmail.com
2. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas na Infância e Adolescência (NNEPA/UEFS), Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: costamco69@gmail.com
- 3 Participante do núcleo Núcleo de Estudos e Pesquisas na Infância e Adolescência (NNEPA/UEFS), Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: musse_jo@hotmail.com
4. Orientador, Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: marques_jam@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: violência sexual, criança, adolescente

INTRODUÇÃO

A violência existe desde os primórdios da humanidade, tem vitimado pessoas em todo o mundo e continua sendo um grande desafio para a sociedade contemporânea (LEVISKY, 2010, p.6). Este acontecimento apresenta-se nas relações humanas de múltiplas maneiras, ou seja, a violência possui diversas origens e manifestações complexas que podem diferir-se a partir da história de vida de cada sujeito (MINAYO, 2006, p. 13). No tocante a presença da violência na sociedade, configura-se um grande problema social, esta é uma pauta que muito preocupa o setor saúde, pois tal fenômeno pode acarretar consequências biopsicossociais para a saúde dos indivíduos (BRASIL, 2005). No Brasil, os índices de violação dos direitos contra crianças e adolescentes são alarmantes. Consequentemente é provável concluir que esta população é vulnerável a diversas formas de violência, sendo as mais recorrentes: negligência, o trabalho precoce e a violência sexual (FONSECA et al., 2013). Contudo, os direitos das crianças e adolescente são defendidos pelo Estatuto da criança e adolescente – ECA, instituído pela Lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990. Conforme o ECA, o Conselho Tutelar (CT) é o órgão que deve executar medidas para a proteção e garantia dos direitos infância e adolescência, o CT compõem parte do Sistema de Garantia de Direitos, caracterizado na Resolução 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Desta forma, a violência sexual é caracterizada por qualquer contato, sem o consentimento da vítima, seja ele tentado ou consumado. A partir disso, pode-se inferir que a violência sexual de crianças e adolescentes é problema de saúde pública que pode influenciar diretamente no desenvolvimento biopsicossocial das vítimas (OLIVEIRA et al., 2014).

MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA

Estudo epidemiológico descritivo, do tipo série de casos, com base em dados secundários produzidos a partir das notificações efetuadas à Instância de Referência para denúncia dos casos de violência contra crianças e adolescentes (Conselhos Tutelares I e II, III e IV). A população do presente estudo é constituída de crianças e adolescentes, na faixa etária de 0 a 18 anos, segundo classificação do ECA, de ambos os sexos, vítimas de violência sexual, cujos casos foram notificados no ano de 2014 a 2016.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO

No período de 2014 a 2016 foram notificados o total de 193 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em Feira de Santana, conforme os registros dos Conselhos Tutelares I, II, III e IV.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Conselho Tutelar é o órgão responsável por executar medidas objetivando a proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente, pois compõe o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente/SGDCA, portanto, é o local de referência para denúncias relacionadas a esta população específica (COSTA, 2013; SANTOS et al., 2015).

Quanto ao triênio (2014-2016) já citado, a quantidade de notificações por ano foram 71, 31 e 91 casos respectivamente totalizando 193 casos de violência sexual. Levando em consideração o tipo de violência sexual, percebe-se que 91,2% das violações foram caracterizadas enquanto abuso sexual e 8,8% classificados enquanto exploração sexual. Com relação ao local da ocorrência (Tabela 01), o contexto predominante da vitimização encontrado nos achados da pesquisa é a casa da vítima (50,3%) e outros espaços da comunidade (30,5%), isto é: escola/creche (3,6%); casa do agressor (13,0%); casa dos avós (1,6%); casa da irmã (0,5%); local público (9,8%); praia (1,0%); internet (0,5%) e em trânsito (0,5%), correspondem a 30,5% e 19,2%. Assim, a literatura aponta que, como consta neste estudo, o principal lugar tem sido a casa da vítima (SANTOS et al, 2015).

No que diz respeito a manifestações da violência sexual, nota-se que 30,5% das ocorrências foram de incestos, a qual denota que, em grande medida, a prevalência da violência intrafamiliar. Conforme a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, a violência sexual apresenta-se em duas formas distintas: intrafamiliar, quando acontece no contexto familiar, onde o agressor possui um vínculo parental com a vítima; já a extrafamiliar, trata-se de uma ocorrência fora do âmbito familiar, porém, via de regra, cometida por pessoas de confiança da vítima e de sua família (COSTA, 2012). Os resultados citados acima corroboram com os resultados apresentados na pesquisa de Teixeira-Filho; Rondini; Silva & Araújo (2013).

Tabela 01: Distribuição dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes segundo dados dos Conselhos Tutelares, no período de 2014 a 2016. Feira de Santana, BA, Brasil

VARIÁVEIS	Total	
	N	%
Instituição de atendimento (n=193)		
CT 01	41	21,2
CT 02	81	42,0
CT 03	34	17,6
CT 04	37	19,2
Tipo de violência sexual (n=193)		
Abuso Sexual	176	91,2
Exploração Sexual	17	8,8
Local de ocorrência (n=193)		
Casa da Vítima	97	50,3
Outros locais da comunidade ¹	59	30,5
Ignorado	37	19,2
Manifestações da Violência Sexual		
Estupro	50	17,2
Carícias Sexuais	60	20,7
Assédio Sexual	12	4,2
Sedução	10	3,4
Aliciamento para fins lucrativos	07	2,4
Prostituição	13	4,5
Incesto	88	30,3
Outros ²	06	2,1
Ignorado	44	15,2
Total	290	100
Local de ocorrência		
Casa da Vítima	97	50,3
Outros locais da comunidade ³	59	30,5
Ignorado	37	19,2
Total	193	100

¹Outros locais da comunidade: Escola/creche (3,6%); casa do agressor (13,0%); casa dos avós (1,6%); casa da irmã (0,5%); local público (9,8%); praia (1,0%); internet (0,5%) e em trânsito (0,5%).

² Outros tipos da violência sexual: tráfico (0,3%); voyverismo (0,3%); exibicionismo (0,7%); pedofilia (1,0%); pornografia (0,3%)

Com relação as notificações e encaminhamentos (tabela 02), a maioria das denúncias foram realizadas pela mãe (31,6%), em seguida, efetuada através do Sistema “Disque 100” (26,4%). No que concerne as medidas adotadas pelas instâncias de referência, verifica-se a notificação (27,6%), além dos acompanhamentos e aconselhamento (16,9%). Quanto aos encaminhamentos, a delegacia e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, foram as os aparelhos que mais receberam encaminhamentos institucionais 24% e 23,1% respectivamente.

Dos casos notificados 63,7% das crianças e adolescentes estudavam, destas 46,3% estavam inseridos em escola pública e 13,8% em escolas particulares, 20,2% das crianças que estudavam cursavam o ensino Fundamental II em escola privada. Por fim, os responsáveis pelas vítimas foram majoritariamente mães. Na classificação da violência sexual nesta pesquisa, ficou evidenciado que 20,7% das crianças e adolescentes foram vitimadas com carícias sexuais. Além deste, 17,2% foram notificações de casos de estupro, que conforme o artigo 213 do Código Penal Brasileiro, afirma que este ato

consiste em constranger alguém sob violência ou grave ameaça a ter conjunção carnal ou manter qualquer ato libidinoso (BRASIL, 2010).

A exploração sexual manifestou-se através da prostituição, com 4,5% dos casos de violência sexual, o aliciamento para fins lucrativos e o tráfico de menores representaram 2,4% e 0,3% respectivamente. Com relação a caracterização das vítimas (Tabela III), o sexo feminino representou a maioria dos casos (em torno de 72,5%), com razão de 3,5 meninas para cada um (1) menino. Portanto, há uma alta frequência de meninas em situação de violência sexual (em torno de 72,5%), com razão de 3,5 meninas para cada um (1) menino, a infância (0-11 anos) foi o período mais significativo para sofrer a violência sexual, com 52,3%. O predomínio do sexo feminino na violência sexual também é reconhecido por autores nacionais e internacionais (SOUSA, et al., 2015; REITER et al., 2014; SANTOS et al., 2013; BARBOSA et al., 2013; OMS, 2012).

Tabela 03: Características da Violência Sexual em crianças e adolescentes segundo faixa etária da vítima. Conselhos Tutelares, 2014 a 2016, Feira de Santana, BA, Brasil.

Características da Vítima	Total	
	N	%
Sexo da vítima		
Masculino	40	20,8
Feminino	140	72,5
Ignorado	13	6,7
Total	193	100
Faixa Etária da Vítima		
Infância até 11 anos	101	52,3
Adolescência 12 a 18	81	42
Ignorado	11	5,7
Total	193	100
Etnia da Vítima		
Branco	05	2,6
Preto	05	2,6
Pardo	34	17,6
Ignorado	149	77,2
Total	193	100
Estuda		
Sim	123	63,7
Não	14	7,2
Não está em idade escolar	11	5,7
Ignorado	45	23,3
Total	193	100
Série		

Infantil	10	5,2
Fundamental I	20	10,4
Fundamental II	39	20,2
Ensino Médio	08	4,1
Ignorado	116	60,1
Total	193	100
Tipo de Escola		
Pública	57	46,3
Privada	17	13,8
Ignorado	49	39,8
Total	123	100
Responsável pela Vítima		
Pai	18	9,3
Mãe	154	79,8
Outros ¹	8	4,2
Ignorado	12	6,7
Total	193	100

CONCLUSÃO

A violência é de fato um grande problema social, tratando-se de crianças e adolescentes potencializa as especificidades desta pauta. Todavia, a nível nacional, apesar da existência de muitos estudos, esta problemática está longe de ser concluída. Isto pode produzir uma série de complicações quanto o descarte de informações relevantes para o tema, portanto, é uma limitação presente neste estudo. Este fator repercute na importância do desenvolvimento de políticas públicas para intervir e promover ações voltadas a esta população específica. Para tanto, faz-se necessário uma avanço que perpassa desde o processo de notificação da violência sexual a aplicação de subsídios de políticas e programas de prevenção e enfrentamento social contra a violência sexual.

REFERÊNCIAS

- CUNHA, S.S; LIMA, P.R.L. 2006. Influência do tipo de reforço no comportamento à flexão de painéis laminados. In: XI Seminário de Iniciação Científica da UEFS, Feira de Santana, p.21-22.
- HENNIG, W. 1981. *Insect phylogeny*. Chichester, John Wiley, 514p.
- HERWIN, T.L.; J.C. SCOTT. 1980. Seasonal and size patterns, trophic structure, and richness of Coleoptera in the tropical arboreal ecosystem: the fauna of the tree *Lucea seemannii* Triana and Planch in the Canal Zone of Panama. *Coleopt. Bull.* 34(3): 305-322.
- HULL, D.L. 1974. Darwinism and historiography. In: T.F. GLICK (ed.), *The Comparative reception of Darwinism*, pp. 388-402. Austin, Univ. Texas.
- LIMA, P.R.L. 2004. Análise teórica e experimental de compósitos reforçados com fibras de sisal. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Tese.
- MORI, S.A., B.M. BOOM; G.T. PRANCE. 1981. Distribution patterns and conservation of eastern Brazilian coastal tree species. *Brittonia* 33 (2): 233-245.
- POLHILL, R.M.; P.H. RAVEN (eds.) 1981. *Advances em Legume Systematics*. London, Royal Botanic Gardens Kew, 1049 p.
- PUNT, W., S. BLACKMORE, S. NILSSON; A. LE THOMAS. 1999 [online]. *Glossary of pollen and spore terminology*. Homepage: <http://www.bio.uu.nl/~palaeo/glossary/glos-int.htm>
- QUATE, L.W. 1965. A taxonomic study of Philippine Psychodidae. *Pacif. Ins.* 7(4): 815-902.
- SILVEIRA, L.T. 1991. Revisão taxonômica do gênero *Periandra* Mart. ex Benth. Univ. Estadual de Campinas, MSc diss.